a qual será custeada por dotação que será inscrita para esse efeito no orçamento provincial.

Art. 5.º Os exames no Colégio D. Bosco serão realizados perante júris designados pelo Ministro do Ultramar, dos quais poderão fazer parte funcionários competentes do Ministério da Educação Nacional, nomeados em comissão eventual.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Julho de 1960. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *Pedro Theotónio Pereira* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Arnaldo Schulz* — *João de Matos Antunes Varela* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Afonso Magalhães de Almeida Fernandes* — *Fernando Quintanilha Mendonça Dias* — *Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Vasco Lopes Alves* — *Francisco de Paula Leite Pinto* — *José do Nascimento Ferreira Dias Júnior* — *Carlos Gomes da Silva Ribeiro* — *Henrique Veiga de Macedo* — *Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas. — *Vasco Lopes Alves*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA

Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas

Repartição de Serviços de Culturas Arvenses

Portaria n. 17 864

Tendo-se repetido, no ano agrícola decorrente, as adversas condições climáticas para a produção de cevada dística destinada à indústria de malte; verificando-se, como na campanha transacta, que as quantidades obtidas são reduzidas em relação às quantidades semeadas; observando-se também que a qualidade, particularmente no que respeita ao rendimento à calibragem, é manifestamente inferior à dos anos normais:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Agricultura, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 38 153, de 18 de

Janeiro de 1951, que se mantenham em vigor os limites de tolerância que constam do quadro a que se refere o n.º 1.º da Portaria n.º 17 403, de 22 de Outubro de 1959, apenas para aplicação à cevada dística produzida na campanha de 1959-1960.

Ministério da Economia, 28 de Julho de 1960. — O Secretário de Estado da Agricultura, *Luis Quartín Graça*.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones

Decreto n.º 43 094

O Decreto n.º 42 230, de 20 de Abril de 1959, autorizou a Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones a contratar, pelo prazo de quatro anos e até à importância de 550 000\$, a edição de certas publicações de características permanentes, estabelecendo pelo seu artigo 2.º uma verba de 150 000\$ para o ano corrente.

Em virtude, porém, de a Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones pretender editar, além das publicações já planeadas para 1960, várias instruções técnicas, indispensáveis à boa execução dos seus serviços, mostra-se desde já insuficiente a referida importância de 150 000\$, a qual, por tal motivo, deverá ser elevada para 250 000\$.

Nestes termos:

Tendo em vista o preceituado no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 41 375, de 19 de Novembro de 1957;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É reforçada em 100 000\$ a importância máxima que a Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones pode despende no corrente ano de 1960 nos termos do artigo 2.º do Decreto n.º 42 230, de 20 de Abril de 1959.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Julho de 1960. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Carlos Gomes da Silva Ribeiro*.